

Disponibilidade do bem jurídico previdenciário: desaposentação

Autora: Marize Cecília Winkler

Juíza Federal Substituta

publicado em 28.08.2009

 [\[enviar este artigo\]](#)  [\[imprimir\]](#)

Sumário: Introdução. 1 (In)disponibilidade do bem jurídico previdenciário. 1.1 Renúncia e transação de direitos. 2 Desaposentação. 2.1 Conceito de desaposentação. 2.2 Posicionamentos doutrinários. 2.3 Requisitos para a realização da desaposentação. 2.4 Consequências jurídicas da desaposentação. 2.5 Necessidade de devolução dos valores auferidos. 2.6 Forma de atualização dos valores a serem devolvidos. 2.7 Entendimento jurisprudencial. 2.7.1 Possibilidade de desaposentação, com devolução dos valores auferidos. 2.7.2 Decisão publicada recentemente em sentido contrário à desaposentação. 2.7.3 Pela desnecessidade de devolução dos valores auferidos, em se tratando de novo pedido de aposentadoria em regime próprio. Conclusão. Bibliografia.

Resumo: A previdência social, terceiro vértice do sistema da seguridade social, ao contrário da saúde e da assistência social, é sistema eminentemente contributivo, verdadeiro seguro social obrigatório. Trata-se de sistema de filiação obrigatória, baseado na repartição, espécie de pacto intergeracional. O direito previdenciário, como ramo do direito público, de base constitucional, deve ser estudado de acordo com os princípios que regem a administração pública. No que tange à indisponibilidade do interesse público, segundo a melhor doutrina, todo o sistema de direito administrativo se constrói sobre os princípios da supremacia do interesse público sobre o particular e da indisponibilidade do interesse público pela administração. Contudo, não se pode considerar interesses públicos e privados como antagônicos, porquanto, na ampla maioria dos casos, ao se respeitarem direitos subjetivos pessoais, atende-se ao interesse público. No presente trabalho visa-se estudar a disponibilidade do bem jurídico previdenciário, especificamente no que diz respeito à chamada “desaposentação”. Indisponibilidade pode ser entendida como uma limitação à autonomia individual pela qual se impede que um sujeito de direitos, mesmo com legitimação e capacidade, possa efetuar total ou parcialmente atos de disposição sobre um determinado direito. A renúncia e a transação são as duas formas de disponibilidade de direitos. Dentre as várias formas de atos de disposição de direito, elegeu-se a desaposentação, que corresponde à renúncia à aposentadoria para aproveitamento do tempo de contribuição para obtenção de nova aposentadoria, para fins de estudo aprofundado. Os defensores do ato de desaposentação apoiam-se no caráter personalíssimo e renunciável do direito à aposentadoria. Já os opositores defendem o caráter indisponível e irreversível da aposentadoria, conforme disposto no artigo 181-B do Decreto nº 3.048/99, e também invocam o princípio da legalidade, de observância obrigatória para a administração pública, nos termos do artigo 37, *caput*, da CF/88. Atualmente, a jurisprudência é amplamente favorável ao instituto da desaposentação, como forma de retorno ao *status quo* anterior à aposentadoria, desde que haja o integral ressarcimento à autarquia previdenciária.

Introdução

A previdência social surge em razão da necessidade milenar da humanidade em precaver-se das eventualidades do futuro. Conforme bem salienta Daniel Machado da Rocha,⁽¹⁾ ao escolher um local para se abrigar ou guardar o alimento para o dia seguinte, os primeiros homens já

estavam se prevenindo das situações de dificuldade pela falta de recursos ou impossibilidade de trabalho. Era, porém, um sistema rudimentar, de autopreservação, baseado na poupança.

A previdência social delineada pela Constituição de 1988 faz parte do sistema de **Seguridade Social**, sendo que esta “compreende um conjunto de ações integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (art. 194).

A **saúde** é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação (ar. 196). Constitui em serviço único, porém descentralizado, com participação das três entidades federadas – União, Estados e Municípios.

A **assistência social** está prevista nos art. 203 e 204 da Constituição, sendo prestada a quem dela necessitar, independentemente de qualquer contribuição. Visa proteger o hipossuficiente e retirá-lo de condições de miserabilidade, que ferem a dignidade humana.

A **previdência social**, terceiro vértice do sistema da seguridade social, ao contrário da saúde e da assistência social, é sistema eminentemente contributivo, verdadeiro seguro social obrigatório (art. 201 da CF/88). A previdência social visa amparar seus filiados em caso de risco social, ou seja, quando do surgimento de eventos que provoquem alterações nas condições normais de vida, como doença, morte de familiar, velhice, gravidez, prisão, etc.

O direito previdenciário, como ramo do direito público, de base constitucional, deve ser estudado de acordo com os princípios que regem a administração pública, no que concerne à concessão de benefícios pela Autarquia, dentre eles os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A indisponibilidade em matéria previdenciária, contudo, deve ser vista sob dois enfoques distintos: tanto do ponto de vista do Estado, representado pelo sistema previdenciário público, como do segurado, usuário de tal sistema. Afirma-se correntemente, tanto na doutrina como na jurisprudência, que o direito a um determinado benefício previdenciário é indisponível por parte do segurado. Assim, em sendo considerado verba alimentar, em tese, não seria possível a renúncia, ou mesmo a transação com verbas de tal natureza. Conforme será verificado no correr do estudo, a questão da indisponibilidade do bem jurídico previdenciário é mitigada, por razões de interesse do próprio segurado. Por outro lado, também sob a fundamentação de que o bem previdenciário é indisponível, tem-se que a administração pública possui o poder-dever de atuar de acordo com a legalidade, tanto na concessão como na revisão dos benefícios previdenciários.

1 (In)disponibilidade do bem jurídico previdenciário

Indisponibilidade pode ser entendida como uma limitação à autonomia individual pela qual se impede que um sujeito de direitos, mesmo com legitimação e capacidade, possa efetuar total ou parcialmente atos de disposição sobre um determinado direito. São considerados indisponíveis todos os direitos personalíssimos, como o direito ao nome e à honra. Cite-se o disposto no artigo 11 do Código Civil de 2002: “Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.”

Também os direitos oriundos da relação de trabalho e da previdência social são considerados, em regra, indisponíveis, em face de sua natureza alimentar.

A indisponibilidade funda-se tanto no interesse do titular do direito como no interesse geral. Assim, ao se considerar um determinado direito como

indisponível, privilegia-se o interesse público na proteção daquele direito, bem como o direito do segurado, o qual, na maioria dos casos, é hipossuficiente.

1.1 Renúncia e transação de direitos

Tanto a renúncia como a transação são institutos de natureza eminentemente civil, de direito privado. Segundo parcela da doutrina, apenas direitos de natureza civil são passíveis de renúncia, ante o caráter pessoal e sobretudo disponível destes, em contraponto aos direitos públicos e aos de ordem pública.

Nas palavras de Orlando Gomes,⁽²⁾ a renúncia é o fato pelo qual o titular do direito declara a vontade de se desfazer dele, ou de não aceitá-lo. Ou seja, a renúncia é negócio jurídico unilateral que determina o abandono irrevogável de um direito dentro dos limites estabelecidos pelo ordenamento jurídico. É ato voluntário e unilateral, que, em regra, não precisa do concurso de outra vontade para produzir o resultado buscado.

Já transação, segundo Sílvia Rodrigues,⁽³⁾ é o negócio jurídico bilateral pelo qual as partes previnem ou extinguem relações jurídicas duvidosas ou litigiosas, por meio de concessões recíprocas ou ainda em troca de determinadas vantagens pecuniárias. Segundo Orlando Gomes, é o contrato pelo qual, mediante concessões mútuas, os interessados previnem ou terminam um litígio, eliminando a incerteza de uma relação jurídica.

Requisito essencial da transação são as concessões mútuas de caráter patrimonial com o objetivo de eliminar a incerteza do direito. Ocorre que, em alguns casos em que existe desigualdade das partes, é questionável a transação demasiadamente desproporcional. Por tal motivo, considera-se sempre imprescindível a presença de advogado nos casos em que haja transação de direitos, com vistas a proteger o direito do segurado, parte hipossuficiente na relação processual.

Saliente-se que, quando a transação recair sobre direitos discutidos em juízo, a homologação do juiz é ato essencial à validade do negócio.

Há inúmeros casos em que pode haver a transação ou mesmo a renúncia em relação às verbas de natureza previdenciária. Não se pode deixar de mencionar que existe a possibilidade de transação com as verbas de caráter previdenciário, conforme estabelece a Lei 10.259/2001 (Juizados Especiais Federais) em seu artigo 10, parágrafo único. A questão, contudo, ultrapassa o âmbito de estudo do presente trabalho, porquanto se refere à transação das verbas devidas e não pagas pela Autarquia previdenciária no tempo oportuno – fase administrativa – e reconhecidas pelos representantes judiciais do INSS em sede judicial. As questões referentes à transação no âmbito dos juizados especiais federais, por se tratar de matéria afeita ao poder judiciário, refoge ao objetivo do presente trabalho, o qual pretende analisar a questão da indisponibilidade do bem jurídico previdenciário ainda na fase administrativa. Saliente-se que inexistente qualquer dispositivo legal que permita ao segurado realizar qualquer ato de disposição de direito, ou transação em relação a verbas em atraso, na esfera administrativa.

Também digno de nota é o disposto na Lei 10.820, de 2003, com alterações dadas pela Lei 10.953, de 2004, que autoriza o programa de empréstimos a aposentados e pensionistas do INSS com consignação na folha de pagamento. Trata-se, também, de disposição de **verba decorrente do benefício previdenciário**, e não de disposição do próprio benefício, razão pela qual se optou por não realizar aprofundamento da questão no presente trabalho, nada impedindo estudo posterior.

Assim, por ser o ato extremo de disposição de direito previdenciário, elegeu-se para fins de estudo e aprofundamento o exemplo clássico de renúncia de direito de natureza previdenciária, a **desaposentação**.

2 Desaposentação

A desaposentação, em linhas gerais, corresponde à renúncia à aposentadoria para aproveitamento do tempo de contribuição para obtenção de nova aposentadoria. É uma reversão da aposentadoria anteriormente concedida.

Ocorre que, para analisar-se a natureza jurídica do instituto da desaposentação, necessária se faz uma análise das diversas formas de aposentadoria, com vistas a reconhecer a possibilidade ou não de o segurado dispor do benefício que vem recebendo.

Marcelo Leonardo Tavares⁽⁴⁾ conceitua a aposentadoria como um direito social do trabalhador inativo.

Rosenval Rodrigues da Cunha Filho⁽⁵⁾ afirma que a aposentadoria é benefício previdenciário de caráter personalíssimo, configurado pela conquista da inatividade remunerada por meio do recebimento de uma determinada importância mensal continuada e indefinidamente, decorrente do cumprimento de requisitos e implemento de condições estabelecidas em lei à sua concessão.

Lorena de Mello Rezende Coinago⁽⁶⁾ por sua vez, afirma que a aposentadoria é um direito social do trabalhador, de cunho patrimonial, personalíssimo e individual, que funciona como uma espécie de seguro social, na medida em que todos contribuem obrigatória ou facultativamente para que cada segurado possa receber, na inatividade, o benefício previdenciário.

Nem toda espécie de aposentadoria permite que haja a desaposentação, visto que alguns desses benefícios não são permanentes, enquanto outros não permitem que haja o retorno à atividade laborativa. As modalidades de aposentadorias previstas em lei são por invalidez, por tempo de contribuição, por idade e especial e serão analisadas, em breves comentários, a seguir.

Consoante artigo 42 da Lei de Benefícios, a **aposentadoria por invalidez** é concedida quando o segurado não mais possui capacidade para o trabalho, mas também resta insusceptível de qualquer recuperação.

Considerando que a incapacidade laborativa constitui condição essencial da aposentadoria por invalidez, uma vez recuperada tal capacidade pelo segurado, haverá a cassação do benefício. Assim, a toda evidência, não se trata de aposentadoria definitiva, tanto que o contrato de trabalho não é rescindido pela aposentadoria por invalidez.⁽⁷⁾

Já a **aposentadoria por tempo de contribuição**, assim denominada pela Emenda Constitucional 20/98, a qual substituiu a aposentadoria por tempo de serviço, é concedida ao segurado que preencher os requisitos de idade e tempo de contribuição, de acordo com as regras estabelecidas pela mencionada emenda. Os casos mais frequentes de pedido de desaposentação ocorrem em tal espécie de aposentadoria.

A **aposentadoria por idade** é concedida ao segurado que completa idade determinada em lei – 65 (sessenta e cinco) anos para o homem e 60 (sessenta) anos para a mulher –, reduzida de 5 (cinco) anos no caso de se tratar de trabalhador rural, e tenha cumprido o período mínimo de carência de 180 contribuições mensais, respeitando-se, quanto a tal requisito, a regra de transição prevista no art. 143 da Lei 8213/91.

Também a **aposentadoria especial** constitui-se em modalidade de aposentadoria por tempo de contribuição, contudo, aplica-se um fator de conversão em razão do exercício de trabalho em condições de insalubridade, em que houve exposição do trabalhador a condições prejudiciais à saúde e à integridade física. No caso de aposentadoria especial, a lei expressamente proíbe o retorno à atividade do trabalhador aposentado (art. 57, § 8º, da Lei 8213/91). Melhor explicando, o aposentado por idade ou por tempo de contribuição pode retornar a atividade laborativa e continuar percebendo seu benefício previdenciário,

desde que contribua para com o sistema previdenciário, pois se trata de segurado obrigatório do RGPS. Contudo, o beneficiário de aposentadoria especial, exatamente em função da diminuição no tempo de serviço para obtenção do benefício não pode retornar ao trabalho. Contudo, conforme será visto a seguir, o fato de ser beneficiário de aposentadoria especial não impede o segurado de postular a desaposentação, a qual significa o desfazimento do ato concessório anterior.

Dessa forma, conclui-se pela total inviabilidade de aplicação do instituto da desaposentação no caso de aposentadoria por invalidez, uma vez que esta pressupõe absoluta impossibilidade de retorno a qualquer atividade laborativa. Assim, ao menos em tese, o instituto da desaposentação é possível em qualquer uma das demais modalidades de aposentadoria.

Ressalve-se, entretanto, a posição de Rosênval Rodrigues,⁽⁸⁾ para quem, no caso de aposentadoria por idade, o tempo de contribuição não é fator determinante ou, pelo menos, o único elemento neste contexto, tampouco o mais relevante, o que torna a desaposentação mais rara nessa espécie.

2.1 Conceito de desaposentação

Segundo Fábio Zambitte Ibrahim,⁽⁹⁾ a desaposentação é definida como a reversão da aposentadoria obtida no Regime Geral de Previdência Social, ou mesmo em Regimes Próprios de Previdência de Servidores Públicos, com o objetivo exclusivo de possibilitar a aquisição de benefícios mais vantajoso no mesmo ou em outro regime previdenciário. Tal desiderato surge, frequentemente, com a continuidade laborativa da pessoa jubilada, a qual pretende, em razão das contribuições vertidas após a aposentação, obter novo benefício, em melhores condições, em razão do novo tempo contributivo.

Wladimir Novaes Martinez⁽¹⁰⁾ considera a desaposentação ato administrativo formal, vinculado, provocado pelo interessado no desfazimento da concessão do benefício. Considera verdadeira renúncia que corresponde à revisão jurídica do deferimento da prestação anteriormente deferida ao segurado do RGPS.

Continua, afirmando que a desaposentação não é o inverso da aposentação, mas o restabelecimento do cenário pretérito, retroagir ao estágio em que se encontrava quando do deferimento da prestação. Explica que, ontologicamente, apreciando seus elementos constituintes, não há diferença entre quem completa 35 anos de contribuição (e continua trabalhando e contribuindo) e não se aposenta e quem se aposenta e depois se desaposenta.

Lorena de Mello Rezende Coinago⁽¹¹⁾ afirma que a desaposentação consiste na tentativa do beneficiário de desfazer o ato administrativo da aposentadoria, com fundamento exclusivo na sua manifestação volitiva, a fim de liberar o tempo de contribuição utilizado na concessão da aposentadoria para que o mesmo possa reutilizá-lo no requerimento de concessão de nova aposentadoria em um regime mais benéfico.

Conforme bem explica Marina Vasques Duarte,⁽¹²⁾ não se pode confundir a revisão do benefício, alegando a inconstitucionalidade do artigo 18, § 2º, da Lei 8213/91, com o instituto da desaposentação. Cediço que o aposentado que retorna ou continua no exercício da atividade laborativa continua como segurado obrigatório da previdência social e deve continuar contribuindo para com o sistema, sem que tal tempo de contribuição seja somado para fins de revisão da aposentadoria que já vem recebendo.

De fato, não há que ser acolhida a pretensão de revisão da aposentadoria, considerando as contribuições feitas ao sistema após a concessão do benefício, porquanto no sistema brasileiro vige o princípio da repartição, e não o da capitalização individual.⁽¹³⁾ A Seguridade Social, sistema do qual a previdência social faz parte, juntamente com a saúde e a assistência social, é financiada por toda a sociedade, em respeito ao princípio da solidariedade. Assim, não se trata de pagamento de contribuição a um sistema privado, em que haverá o retorno exato das

prestações vertidas, pelo contrário, uma vez que o segurado contribui para com todo um sistema, baseado num verdadeiro pacto de gerações.

Dispõe o art. 195, II, da Constituição que a Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além das contribuições sociais dos empregadores, dos trabalhadores e sobre a receita dos concursos de prognósticos. Assim, juridicamente válida a cobrança de contribuição social do aposentado que continua trabalhando vinculado à Seguridade Social, independentemente da contagem de tal tempo de contribuição para fins de revisão da aposentadoria.

Nesse sentido, pode-se mencionar recente entendimento jurisprudencial:

“Ementa: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO PROPORCIONAL. DESAPOSENTAÇÃO. PERCEPÇÃO DE NOVO BENEFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE.

O fato de inexistir contraprestação no tocante ao pecúlio posterior à aposentação não importa em inobservância das diretrizes constitucionais, uma vez que se deve dar primazia ao princípio da solidariedade, expresso no art. 195 da nossa Carta Maior, visto que constitui suporte do aparato previdenciário – consubstanciado na adoção do regime de repartição –, não havendo qualquer mácula de inconstitucionalidade nessa interpretação, uma vez que sedimentada em sistemática própria do pergaminho inaugural.” (TRF Quarta Região, Apelação Cível 200171000088003/RS, D.E. 30.04.2007, Relatora Luciane Amaral Corrêa Münch)

Dessa forma, a desaposentação deve ser entendida como verdadeiro **desfazimento do ato administrativo de concessão do benefício previdenciário, e não como sua mera revisão.**

2.2 Posicionamentos doutrinários

Apresentado o conceito jurídico da desaposentação, necessária se faz uma abordagem acerca dos elementos favoráveis e contrários ao instituto em comento. Os defensores do ato de desaposentação apoiam-se no caráter personalíssimo e renunciável do direito à aposentadoria, quando o for por ato voluntário do segurado e em seu benefício, como no caso de obter nova aposentadoria mais vantajosa. Baseiam-se ainda em ausência de proibitivo legal, calcando-se no princípio da legalidade, consubstanciado no artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal. Por outro lado, os opositores da desaposentação defendem o caráter indisponível e irreversível da aposentadoria, conforme disposto no artigo 181-B do Decreto nº 3.048/99, e também invocam o princípio da legalidade, de observância obrigatória para a administração pública, nos termos do artigo 37, *caput*, da CF/88, mas sob o enfoque de ausência de previsibilidade legal para o procedimento de desaposentação e suas implicações no sistema de seguridade, além de classificarem a aposentação como ato jurídico perfeito e assim intangível, conforme preceito constitucional.(14)

Wilson Teles Macedo,(15) consultor jurídico da União e uma das poucas vozes contrárias à desaposentação, considera que não é válida a renúncia pura e simples da aposentadoria, como ato de despojamento de um direito integrante do patrimônio jurídico do titular, em face da inexistência de previsão legal. Segundo o mencionado autor, tal disposição somente seria possível em caso de expressa previsão no ordenamento jurídico pátrio.

Ivani Contini Bramante,(16) em texto elaborado no ano de 2001, quando o tema da desaposentação ainda era muito incipiente e os tribunais pátrios em poucas oportunidades tinham se manifestado, apesar de defender a existência do instituto, afirmava que a renúncia à aposentadoria esbarra na problemática da indisponibilidade do direito e no

caráter de definitividade e irreversibilidade do ato de concessão de aposentadoria por tempo de serviço.

Para a mencionada doutrinadora, a questão consiste em saber se o direito à aposentadoria é renunciável e se é possível o cancelamento da aposentadoria e a consequente reversão do tempo de serviço que a ela serviu de base. Cita vários argumentos obstativos à desaposentação, os quais transcrevo *ipsis literis*:

(i) a aposentadoria é direito personalíssimo, tem caráter alimentar, é irrenunciável, só extingue com a morte;

(ii) o cancelamento da aposentadoria por tempo de serviço ofende o ato jurídico perfeito, protegido pelo art. 5º, XXXV, da Carta Magna;

(iii) o ato concessório da aposentadoria por tempo de serviço é ato administrativo vinculado e de caráter irreversível (art. 122 do RBPS); portanto, não pode ser desfeito pelo Poder Público, tendo em vista o princípio da legalidade (art. 37, *caput*, da CF);

(iv) a vinculação a um regime previdenciário obrigatório opera *ope legis*; a vinculação independe da vontade individual, decorre de lei, de modo automático. Desse modo, um cidadão vinculado a um dos regimes previdenciários não pode reverter para outro regime;

(v) não pode ser contado em um regime o tempo de serviço contado em outro;"

Marina Vasques⁽¹⁷⁾ entende plenamente possível a revogação do ato de concessão do benefício, ainda que por vontade exclusiva do segurado, desde que desfeitas todas as consequências jurídicas que o benefício havia trazido, devolvendo-se as parcelas recebidas a esse título. Apenas após a desconstituição plena da aposentadoria o segurado poderia pensar em requerer outro benefício, levando em conta aquele tempo de serviço, carência e contribuições que lhe foram devolvidos com a desaposentação.

2.3 Requisitos para a realização da desaposentação

Assim, entendendo plenamente viável o instituto da desaposentação, necessária se faz a análise dos requisitos hábeis à sua efetivação.

Em artigo denominado pressupostos lógicos da desaposentação, Wladimir Novaes Martinez⁽¹⁸⁾ explica que aposentação é ato administrativo vinculado de constituição e declaração pública de um direito subjetivo do segurado, enquanto a desaposentação é ato de constituição do estado de não aposentado. O mestre elenca os seguintes requisitos para a desaposentação: benefício regular, vontade do titular, natureza disponível do benefício, renúncia formal ao benefício anterior, restituição dos valores recebidos, motivação nobre, permissão legal, ausência de prejuízo. Por imprescindível ao presente estudo, efetuar-se-á um breve relato dos apontamentos efetuados pelo referido doutrinador.

Benefício regular – é necessário que o requerente esteja regularmente aposentado. Nas palavras de Wladimir Novaes, “a desaposentação pressupõe a existência de um direito previdenciário eficaz, protegido pelo ato jurídico perfeito ou coisa julgada, um deferimento aperfeiçoado de certo benefício, de regra uma aposentadoria.”

Vontade do titular – como a aposentadoria é direito personalíssimo, o procedimento administrativo da desaposentação deverá ser impulsionado pelo seu titular. De fato, a desaposentação não pode ser pautada pela oportunidade e conveniência da administração, mas pela autonomia da vontade do segurado.

Natureza disponível do benefício – para Wladimir Novaes, somente podem ser consideradas como renunciáveis as aposentadorias especial, por idade e por tempo de serviço.

Renúncia formal ao benefício anterior – também segundo o mestre, “no direito social, a abstenção de direitos sempre foi concebida como instituto cujos limites são a proteção à liberdade do indivíduo. (...) Uma garantia do indivíduo, o que não pode é haver desprendimento obrigatório, aquela compulsória, estranha à sua volição, uma renúncia obrigada.

Restituição dos valores recebidos – caso não haja restituição dos valores percebidos, a desaposentação passa a ser inviável sob o ponto de vista do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial da seguridade. Como se trata de desfazimento de ato jurídico anterior, necessário o retorno ao *status quo ante*.

Motivação nobre – também segundo Wladimir Novaes, a finalidade da desaposentação é ampla, significando voltar a contribuir e jubilar-se adiante ou obter certidão de tempo de serviço e inativar-se logo depois ou em outro regime. Afirma que, moralmente, não se admite que o aposentado queira se prejudicar ou que pense em causar dano às instituições ou às pessoas. Segundo entende, a motivação deve ser juridicamente elevada, não podendo haver desaposentação sem tal requisito.

Permissão legal – Segundo Wladimir Novaes, a desaposentação não reclama autorização legal. De fato, inexistente previsão legislativa acerca da possibilidade de desaposentação, e esta é uma das maiores críticas dos doutrinadores que são contrários ao instituto.

Ausência de prejuízo – o desfazimento do ato administrativo de concessão do benefício não pode causar prejuízos a terceiros, em especial ao equilíbrio atuarial do Regime Geral de Previdência Social. A questão do ressarcimento dos valores auferidos será analisada em capítulo específico.

2.4 Consequências jurídicas da desaposentação

Para Marina Vasques,⁽¹⁹⁾ ao contrário do que muitos defendem, a renúncia a aposentadoria não afeta apenas a esfera patrimonial do segurado, visto que gera também a obrigação para a administração de expedir certidão por tempo de serviço do período que foi levado em consideração para a concessão do benefício.

2.5 Necessidade de devolução dos valores auferidos

Considera-se mais acertado o entendimento, tanto da doutrina como da jurisprudência, de que, em caso de deferimento da desaposentação, necessário se faz o retorno integral ao *status quo ante*, ou seja, há o retorno da condição do segurado à condição de “ativo” do sistema previdenciário, necessariamente com a devolução dos valores auferidos, quando na condição de aposentado. O ato de aposentação é desconstituído, com efeitos *ex tunc*, ou seja, que retroagem à data de concessão do benefício anterior. Deve haver o integral ressarcimento dos valores à Autarquia Previdenciária, a qual não pode suportar prejuízo de ato do qual não deu causa.

Para Wladimir Novaes,⁽²⁰⁾ se o restabelecimento da situação anterior, restituindo o aposentado as mensalidades que recebeu à Autarquia Previdenciária, financeiramente, é como se ele não tivesse se jubilado, podendo a Autarquia emitir Certidão por Tempo de Serviço e promover o acerto de contas com o ente político em que ela se prestará (ou não) para um futuro benefício.

Marina Vasques Duarte, corroborando tal entendimento, afirma que os valores devem ser devolvidos ainda que tenham natureza alimentar, porquanto, se assim não for, o sistema de proteção social será prejudicado pela criação de despesa não autorizada em lei, afrontando os princípios da legalidade e da supremacia do interesse público.

A referida doutrinadora, juíza federal no Rio Grande do Sul, afirma que a garantia da irrepetibilidade dos alimentos existe para proteger o indivíduo, podendo ser objeto de disposição por parte do titular, uma vez que a renúncia implica opção por benefício mais vantajoso, no futuro.

De fato, não havendo vedação constitucional ou legal, o direito à inatividade é renunciável, podendo o segurado pleitear a sua desaposentação, por ser considerada a aposentadoria direito disponível, de nítida natureza patrimonial. Entretanto, ao se conferir o direito à desaposentação para a obtenção de outro benefício do mesmo regime previdenciário, há a necessidade de restituição dos proventos recebidos em decorrência da aposentadoria renunciada. Ora, pretender a desaposentação, gozando das parcelas do benefício de aposentadoria até a renúncia, significa obter, por vias transversas, um "abono de permanência por tempo de serviço", violando o § 2º do art. 18 da Lei 8.213/91.

Visa-se evitar o locupletamento sem causa do segurado, bem como manter o equilíbrio econômico-atuarial do sistema previdenciário.

2.6 Forma de atualização dos valores a serem devolvidos

A juíza Marina Vasquez entende que, para que a entidade previdenciária não sofra qualquer prejuízo, é necessário que os valores a serem devolvidos sejam atualizados monetariamente. A correção monetária não implica acréscimo patrimonial, mas somente recomposição monetária de valores, em razão do decurso do tempo. Os índices de correção monetária para a devolução dos valores ao INSS deverão ser os mesmos aplicados pela autarquia quando do pagamento de benefícios em atraso.

Há certa divergência quanto à atualização monetária de tais valores pelos mesmos índices aplicados pelo INSS em relação a créditos de natureza tributária (contribuições sociais em atraso). Saliente-se que as verbas tributárias pagas em atraso são corrigidas pela taxa SELIC, a qual representa o somatório de correção monetária e juros. Ocorre que não deve haver a incidência de juros de mora, porquanto estes somente são devidos àquele que descumpriu uma obrigação. *In casu*, não houve qualquer descumprimento, uma vez que o recebimento do benefício era plenamente legítimo, decorrente de ato administrativo válido e eficaz.

Assim, a correção monetária dos valores a serem devolvidos deve ser efetuada na mesma proporção recebida pelo beneficiário, apenas com atualização monetária, que implica mera readequação dos valores, sem significar acréscimo patrimonial. Não são devidos juros moratórios, tampouco remuneratórios.

2.7 Entendimento Jurisprudencial

A jurisprudência de nosso Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região tem admitido o instituto da desaposentação, por considerar que se trata de um direito patrimonial de caráter disponível, inexistindo qualquer lei que vede o ato praticado pelo titular do direito. Os julgados a seguir colacionados foram proferidos por unanimidade.

2.7.1 Possibilidade de desaposentação, com devolução dos valores auferidos

"(...) É perfeitamente válida a renúncia à aposentadoria, visto que se trata de um direito patrimonial de caráter disponível, inexistindo qualquer lei que vede o ato praticado pelo titular do direito. A instituição previdenciária não pode se contrapor à renúncia para compelir o segurado a continuar aposentado, visto que carece de interesse.

4. Se o segurado pretende renunciar à aposentadoria por tempo de serviço para postular novo jubramento, com a contagem do tempo de serviço em que esteve exercendo atividade vinculada ao RGPS e concomitantemente à percepção dos proventos de aposentadoria, os

valores recebidos da autarquia previdenciária a título de amparo deverão ser integralmente restituídos.” (TRF 4ª Região, 200071000099781/ RS 6ª Turma, DJU: 01.11.2006 Relator(a) JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA)

“Ementa: PREVIDENCIÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. DESAPOSENTAÇÃO. PEDIDO. NEGATIVA ADMINISTRATIVA. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE NORMA IMPEDITIVA. DIREITO DISPONÍVEL. PEDIDO DE DESISTÊNCIA NA FASE RECURSAL.

1. A liberdade é tema a ser cuidado explicitamente, não podendo ser inferida ou deduzida, disciplinada por omissão ou *a contrario sensu*. Trata-se de bem fundamental e carece, quando afetado pela norma jurídica, de prescrição claríssima, exigindo disciplina objetiva e expressa. Caso contrário, não existe ou não pode ser considerada na interpretação.

2. O ordenamento jurídico subordina-se à Carta Magna, e esta assegura a liberdade de trabalho, vale dizer, a de permanecer prestando serviços ou não (até após a aposentação). E, evidentemente, de desfazer esse ato.

3. É perfeitamente válida a renúncia à aposentadoria, visto que se trata de um direito patrimonial de caráter disponível, inexistindo qualquer lei que vede o ato praticado pelo titular do direito. A instituição previdenciária não pode contrapor-se à renúncia para compelir o segurado a continuar aposentado, visto que carece de interesse.” (TRF4ª Região, 200572000102172/SC, 6ª Turma, DJU 24.05.2006 Relator(a) JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA)

“PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. NATUREZA DA AÇÃO. DECLARATÓRIA E CONDENATÓRIA. HIPÓTESE DE OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. RENÚNCIA À APOSENTADORIA PREVIDENCIÁRIA. OPÇÃO PARA FINS DE CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO NO SERVIÇO PÚBLICO (ART. 202, PARÁGRAFO SEGUNDO, DA CF/88). SITUAÇÃO MAIS BENÉFICA. DIREITO DO SEGURADO.

1. Sendo a natureza da ação declaratória e condenatória, o rótulo conferido, no caso, não impede a prestação jurisdicional por se encontrarem presentes os pressupostos processuais. Princípio da Fungibilidade.

2. Os benefícios previdenciários são direitos personalíssimos e, como tal, por sua natureza, irrenunciáveis, uma vez que constituem fonte de subsistência. A previsão, pois, na legislação previdenciária (art. 58, parágrafo segundo, do Decreto 2.172/97), de ser o ato concessório de aposentadoria irreversível e irrenunciável só vem a atender à própria natureza do direito em questão. Contudo, há que se distinguir a renúncia pura e simples da renúncia que possui, também, a natureza de opção e que permite ao segurado obter uma vantagem em sua fonte de sobrevivência.

3. Na situação em exame, a renúncia da aposentadoria previdenciária irá possibilitar à parte autora contar o tempo de serviço para fins de aposentadoria estatutária, não havendo, pois, em respeito à finalidade do próprio instituto da aposentadoria no contexto social, como negar o direito à renúncia e, consequentemente, ao recebimento da certidão de tempo de serviço.

4. Apelação e Remessa Oficial improvidas.” (TRT 5ª Região. AC nº 133529 -CE. 98.05.09283-6 Relator Juiz Araken Mariz)

“Ementa: PREVIDENCIÁRIO. DESAPOSENTAÇÃO. DEVOLUÇÃO DE VALORES RECEBIDOS.

Se o segurado pretende renunciar à aposentadoria por tempo de serviço para postular novo jubileamento, com a contagem do tempo de serviço em que esteve exercendo atividade vinculada ao RGPS e concomitantemente à percepção dos proventos de aposentadoria, os valores recebidos da autarquia previdenciária a título de amparo deverão ser integralmente

restituídos.” (TRF 4R, AC 200171000199597/RS, SEXTA TURMA Relator(a) VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS)

“Ementa: PREVIDENCIÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. DESAPOSENTAÇÃO. PEDIDO. NEGATIVA ADMINISTRATIVA. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE NORMA IMPEDITIVA. DIREITO DISPONÍVEL.

1. A liberdade é tema a ser cuidado explicitamente, não podendo ser inferida ou deduzida, disciplinada por omissão ou *a contrario sensu*. Trata-se de bem fundamental e carece, quando afetado pela norma jurídica, de prescrição claríssima, exigindo disciplina objetiva e expressa. Caso contrário, não existe ou não pode ser considerada na interpretação.

2. O ordenamento jurídico subordina-se à Carta Magna, e esta assegura a liberdade de trabalho, vale dizer, a de permanecer prestando serviços ou não (até após a aposentação). E, evidentemente, de desfazer este ato.” (TRF4, AMS 200570010019509/PR, 22.01.2007, Relator(a) JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA)

“Ementa: PREVIDENCIÁRIO. DESAPOSENTAÇÃO. POSSIBILIDADE. APROVEITAMENTO DO TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO POSTERIOR. REGIME GERAL. DEVOLUÇÃO DE VALORES RECEBIDOS A TÍTULO DE PROVENTOS.

Possível a renúncia pelo segurado ao benefício por ele titularizado para postular novo jubramento, com a contagem do tempo de serviço/contribuição em que esteve exercendo atividade vinculada ao Regime Geral de Previdência Social concomitantemente à percepção dos proventos de aposentadoria, desde que integralmente restituídos à Autarquia Previdenciária os valores recebidos a título de amparo, seja para retornar-se ao *status quo ante*, seja para evitar-se o locupletamento ilícito.” (TRF 4R, AC 200672050032297/SC, TURMA SUPLEMENTAR, D.E. 13.12.2007, Relator(a) FERNANDO QUADROS DA SILVA)

“Ementa: PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE DESAPOSENTAÇÃO PARA RECEBIMENTO DE NOVA APOSENTADORIA. AUSÊNCIA DE NORMA IMPEDITIVA. DIREITO DISPONÍVEL. DEVOLUÇÃO DOS MONTANTES RECEBIDOS EM FUNÇÃO DO BENEFÍCIO ANTERIOR NECESSÁRIA.

Nos termos do voto proferido no julgamento da Apelação Cível n.º 2000.71.00.007551-0 (TRF4, Sexta Turma, Relator João Batista Pinto Silveira, publicado em 06.06.2007)): ‘1. É perfeitamente válida a renúncia à aposentadoria, visto que se trata de um direito patrimonial de caráter disponível, inexistindo qualquer lei que vede o ato praticado pelo titular do direito. 2. A instituição previdenciária não pode se contrapor à renúncia para compelir o segurado a continuar aposentado, visto que carece de interesse. 3. Se o segurado pretende renunciar à aposentadoria por tempo de serviço para postular novo jubramento, com a contagem do tempo de serviço em que esteve exercendo atividade vinculada ao RGPS e concomitantemente à percepção dos proventos de aposentadoria, os valores recebidos da autarquia previdenciária a título de amparo deverão ser integralmente restituídos. 4. Provimento de conteúdo meramente declaratório. 5. Declaração de inconstitucionalidade do parágrafo 2º do art. 18 da Lei 8.213/91 rejeitada.’” (TRF 4R, AC 200772050039880/SC, D.E. 13.06.2008, SEXTA TURMA Relator(a) SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ)

2.7.2 Decisão publicada recentemente em sentido contrário à desaposentação

“PREVIDENCIÁRIO. DESAPOSENTAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. DESCABIMENTO.

I- Pretensão deduzida que não é de renúncia a direitos, objetivando-se não a abstenção pura do recebimento do benefício, mas a reaquisição de tempo de filiação em ordem a carrear ao Instituto nova obrigação consistente no deferimento de outra futura e diversa aposentadoria.

Tratamento da matéria à luz do conceito de renúncia a direitos que não se depara apropriado

II- Postulação de cancelamento da aposentadoria com a recuperação do tempo de filiação que não traduz direito personalíssimo. A pretendida desaposentação não se configura como um direito inato, como um atributo da personalidade redutível à esfera de autodeterminação do segurado, que se sobrepusesse ao direito legislado e não dependesse de qualquer condicionamento legal.

III- O princípio da liberdade na acepção do livre poder de ação no qual a lei não dispõe de modo contrário é válido no regime do direito privado, não, porém, na órbita da Administração, cuja atividade pressupõe a existência de prévia autorização da lei. Inexistência do direito alegado, à falta de previsão legal.” (TRF 3R, AC 200003990501990/SP, D.E. 13.06.2008, OITAVA TURMA, D.E. DATA: 06.05.2008 Relator(a) PEIXOTO JÚNIOR) *Data da decisão: 07.05.2002.

2.7.3 Pela desnecessidade de devolução dos valores auferidos, em se tratando de novo pedido de aposentadoria em regime próprio

“PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA. DESAPOSENTAÇÃO. NATUREZA DO ATO. EFEITOS. DESNECESSIDADE DE RESTITUIÇÃO DE VALORES. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA. LEI Nº 9.796/99.

1. Remessa oficial não conhecida, tendo em vista a nova redação do artigo 475, § 2º, do Código de Processo Civil, determinada pela Lei nº 10.352/2001.

2. O aposentado tem direito de buscar melhores condições econômicas e sociais. Assim, quando presente uma situação que lhe seja mais favorável, não há impedimento na lei ou na Constituição Federal em renunciar à aposentadoria anteriormente concedida.

3. O direito à aposentadoria é um direito patrimonial disponível ao trabalhador, cabendo-lhe analisar sobre as vantagens ou desvantagens existentes.

4. No ato de renúncia, sendo um desconstitutivo, seus efeitos operam-se *ex nunc*, isto é, não voltam ao passado, inclusive no que se refere ao pagamento de valores já vertidos para o regime próprio. Em outras palavras, sua incidência é tão somente a partir da sua postulação, não atingindo as consequências jurídicas consolidadas. Consequentemente, o ato de renúncia não vicia o ato de concessão do benefício, que foi legítimo, muito menos afronta o princípio do ato perfeito.

5. A compensação financeira entre o Regime Geral da Previdência Social e os regimes dos servidores públicos foi normatizada pela Lei nº 9.796/99, no artigo 4º, inciso III, parágrafos 2º, 3º e 4º, dando mostra de que não haverá desequilíbrio atuarial, mesmo se não houver devolução dos proventos por parte daquele que renunciou a aposentadoria.

6. Remessa oficial não conhecida. Apelação não provida.” (TRF 3R, AC 200061830046794/SP, SÉTIMA TURMA, DJU:10.04.2008 p. 369 Relator(a) JUIZ ANTONIO CEDENHO)

“PREVIDENCIÁRIO. DUPLO GRAU OBRIGATÓRIO. DESAPOSENTAÇÃO. JUBILAMENTO EM REGIME PRÓPRIO. DESNECESSIDADE DE DEVOLUÇÃO DE VALORES RECEBIDOS. SUCUMBÊNCIA.

1. A nova redação do art. 475, imprimida pela Lei 10.352, publicada em 27.12.2001, determina que o duplo grau obrigatório a que estão sujeitas as sentenças proferidas contra as autarquias federais somente não terá lugar quando se puder, de pronto, apurar que a condenação ou a controvérsia jurídica for de valor inferior a 60 (sessenta) salários mínimos.

2. Se o segurado pretende renunciar à aposentadoria por tempo de serviço para postular novo jubilamento, futuramente, **em regime próprio**, dispensável a repetição do montante percebido enquanto estiveram em benefício, não havendo, por conseguinte, nenhum empecilho à reversão da aposentadoria.

3. Quanto à sucumbência, o INSS pagará o montante de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais).” (TRF 4R, AC 200271000360315/RS, SEXTA TURMA, D.E. 13.07.2007, Relator(a) VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS)

Conclusão

Diante de todo o exposto, conclui-se que a previdência social, de caráter eminentemente contributivo, faz parte do sistema de Seguridade Social, a qual, nos termos do art. 194 da Constituição Federal, “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

Há certa controvérsia acerca da disponibilidade do bem jurídico previdenciário (aposentadorias, pensões), porquanto suas parcelas, por possuírem caráter alimentar, seriam enquadradas como impossíveis de disponibilidade por parte do titular do direito.

Necessário conceituar que indisponibilidade consiste de uma limitação à autonomia individual pela qual se impede que um sujeito de direitos, mesmo com legitimação e capacidade, possa efetuar total ou parcialmente atos de disposição sobre um determinado direito.

Nada obstante à imensidão de temas correlatos, optou-se por abordar, no presente estudo, somente a questão da desaposentação, ato máximo de disponibilidade do bem previdenciário. Conforme analisado, há certa celeuma no campo jurisprudencial e doutrinário sobre a possibilidade ou não da reversão do ato de aposentadoria.

Os defensores do ato de desaposentação apoiam-se no caráter personalíssimo e renunciável do direito à aposentadoria. Já os opositores defendem o caráter indisponível e irreversível da aposentadoria, conforme disposto no artigo 181-B do Decreto nº 3.048/99, e também invocam o princípio da legalidade de observância obrigatória para administração pública, nos termos do artigo 37, *caput*, da CF/88.

Atualmente, em que pesem algumas decisões em sentido contrário, a jurisprudência é amplamente favorável ao instituto da desaposentação, como forma de retorno ao *status quo* anterior à aposentadoria, desde que haja o integral ressarcimento à autarquia previdenciária. Certa controvérsia surge exatamente em relação à necessidade de devolução e à forma de atualização dos valores auferidos de acordo com a aposentadoria regular, sendo mais acertada a posição que considera necessário o ressarcimento ao órgão previdenciário, com vistas a evitar locupletamento ilícito por parte do segurado requerente da desaposentação.

Bibliografia

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. **Curso de Direito Administrativo**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BORGES, Alice Gonzalez. Supremacia do interesse público: desconstrução ou reconstrução. **Revista Interesse Público**, n. 37, Porto Alegre: 2006.

BRAMANTE, Ivani Contini. Desaposentação e Nova aposentadoria. **Revista de Previdência Social**. N. 244. São Paulo, março de 2001.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2001;.

COINAGO, Lorena de Mello Rezende. Desaposentação. **Revista de Previdência Social**. n. 301. São Paulo, dezembro de 2005.

CUNHA FILHO, Roseval Rodrigues da. Desaposentação e Nova Aposentadoria. **Revista de Previdência Social**. n. 274. São Paulo, setembro de 2003.

DEMO, Roberto Luis Luchi. Aposentadoria – Direito Disponível – Desaposentação – Indenização ao Sistema Previdenciário. **Revista Síntese Trabalhista**, n. 163, janeiro/2003, p. 23-27.

DUARTE, Marina Vasques. Desaposentação e revisão do benefício no RGPS. In **Temas atuais de Direito Previdenciário e Assistência Social**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

_____, **Direito Previdenciário**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2004.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1995. p. 100-101.

GOMES, Orlando. **Contratos**. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Desaposentação**. São Paulo: Impetus, 2006.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Pressupostos Lógicos da Desaposentação. **Revista de Previdência Social**. n. 296. São Paulo, julho de 2005.

_____, Como andam os processos de desaposentação. **Revista de Previdência Social**. n. 231. São Paulo, fevereiro de 2000.

MARTINS, Luciana Mabila. Interesse público e interesse privado: é possível colisão? **Revista da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul**. v. 24, n. 53, Porto Alegre.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 31. ed., 2005.

NERY JÚNIOR, Nelson. **Código de processo civil comentado e legislação extravagante**: atualizado até 1º de março de 2006. 9. ed., revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. v. 1 e 3. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JR., José Paulo. **Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social**. 3. ed., revista e atualizada. Porto Alegre: Livraria do Advogado, Esmafe, 2003.

RODRIGUES, Sílvio. **Direito Civil. Parte Geral**. v.1. São Paulo: Saraiva, 2002.

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito Previdenciário**. 5. ed. Lúmen Iuris, 2003.

Consulta ao site: www.justicafederal.gov.br.

Notas

1. ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JR., José Paulo. **Comentários à Lei de benefícios da Previdência Social**. 3. ed., revista e atualizada. Porto Alegre: Livraria do Advogado, Esmafe, 2003.

2. GOMES, Orlando. **Contratos**. 18 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

3. RODRIGUES, Sílvio. **Direito civil**. São Paulo: Saraiva, 2002.

4. TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito Previdenciário**. 5. ed. Lúmen Iuris, 2003.

5. CUNHA FILHO, Roseval Rodrigues da. Desaposentação e Nova Aposentadoria. **Revista de Previdência Social** nº 274. São Paulo, set. 2003.

6. COINAGO. Lorena de Mello Rezende. Desaposentação. **Revista de Previdência Social** 301. São Paulo, dez. 2005.

7. A respeito da rescisão do contrato de trabalho pela aposentadoria por invalidez, Marina Vasquez Duarte, *in* **Direito Previdenciário**, consigna que, “para os segurados que estavam empregados, há uma certa discussão no direito trabalhista. A concessão de aposentadoria por invalidez é causa de suspensão do contrato de trabalho, nos termos do artigo 475 da CLT. Todavia, discute-se se após 5 (cinco) anos de concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, o trabalhador teria ainda direito a este retorno. É que se diz que, após cinco anos de aposentadoria por invalidez ou auxílio doença, seu afastamento torna-se definitivo, com conseqüente extinção do pacto laboral. O contrato até então suspenso, dissolve-se. Neste sentido, como a lei garante o retorno do emprego àquele que se habilitar antes de o quinquênio completar-se, a lei previdenciária assegura-lhe direito diverso: a manutenção da aposentadoria por mais algum tempo, como forma de compensar a perda do emprego pela invalidez prolongada.”

8. CUNHA FILHO, Roseval Rodrigues da. Desaposentação e Nova Aposentadoria. **Revista de Previdência Social** nº 274. São Paulo, set. 2003.

9. IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Desaposentação**. São Paulo: Impetus, 2006.

10. MARTINEZ. Wladimir Novaes. Pressupostos Lógicos da Desaposentação. **Revista de Previdência Social** nº 296. São Paulo, jul. 2005.

11. COINAGO. Lorena de Mello Rezende. Desaposentação. **Revista de Previdência Social** nº 301. São Paulo: dez. 2005.

12. DUARTE, Marina Vasques. Desaposentação e revisão do benefício no RGPS. In: **Temas atuais de Direito Previdenciário e Assistência Social**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

13. O sistema da capitalização, inspira-se em técnicas de seguro e poupança assemelhando-se aos seguros de previdência privada, em que cada filiado efetua poupança individual que será revertida para si próprio. Já o sistema de repartição baseia-se em verdadeiro pacto intergeracional. No nosso sistema previdenciário estatal, prevalece o modelo de repartição e não de capitalização.

14. CUNHA FILHO, Roseval Rodrigues da. Desaposentação e Nova Aposentadoria. **Revista de Previdência Social** nº 274. São Paulo, set. 2003.

15. MACEDO, Wilson Teles. Servidor Público – aposentadoria – renúncia. **Revista de Direito Administrativo** nº 210. Rio de Janeiro, out./dez. 1997.

16. BRAMANTE, Ivani Contini. Desaposentação e Nova Aposentadoria. **Revista de Previdência Social** nº 244. São Paulo, mar. 2001.

17. DUARTE, Marina Vasques. Desaposentação e revisão do benefício no RGPS. In: **Temas atuais de Direito Previdenciário e Assistência Social**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

18. MARTINEZ, Wladimir Novaes. Pressupostos Lógicos da Desaposentação. **Revista de Previdência Social** nº 296. São Paulo, jul. 2005.

19. DUARTE, Marina Vasques. Desaposentação e revisão do benefício no RGPS. In: **Temas atuais de Direito Previdenciário e Assistência Social**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

20. MARTINEZ, Wladimir Novaes. Pressupostos Lógicos da Desaposentação. **Revista de Previdência Social** nº 296. São Paulo, jul. 2005.

Referência bibliográfica (de acordo com a NBR 6023: 2002/ABNT):

WINKLER, Marize Cecília . *Disponibilidade do bem jurídico previdenciário: desaposentação*. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n. 31, agosto. 2009. Disponível em:
< http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao031/marize_winkler.html>
Acesso em: 04 ago. 2010.

REVISTA DE DOUTRINA DA 4ª REGIÃO
PUBLICAÇÃO DA ESCOLA DA MAGISTRATURA DO TRF DA 4ª REGIÃO - EMAGIS